

**INQUÉRITO 4.593 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. EDSON FACHIN</b>
<b>AUTOR(A/S)(ES)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>

**DECISÃO: 1.** Nestes autos, investigam-se fatos delituosos reportados pelos colaboradores João Antônio Pacífico Ferreira (Termos de Depoimento ns. 11, 12, 13, 14, 32 e 46) e Carlos Fernando do Vale Angeiras (Termos de Depoimento ns. 3, 4, 5 e 6).

Segundo a Procuradoria-Geral da República, essas narrativas apontam que, entre os anos de 2008 e 2010, no contexto das obras de construção do Cais V e do Pier Petroleiro do Porto de Suape, houve frustração do caráter competitivo do certame licitatório e repasses indevidos de recursos, em tese, destinados ao Senador da República Fernando Bezerra Coelho que, à época, exercia o cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, bem como ao então Governador Eduardo Henrique Accioly Campos, falecido em 13.8.2010.

Ainda de acordo com as asserções do órgão ministerial, Aldo Guedes Álvaro e Iran Padilha atuaram como emissários, intermediando a transferência dos valores espúrios, respectivamente, a Eduardo Henrique Accioly Campos e a Fernando Bezerra Coelho, que teriam totalizado o montante aproximado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), sendo 60% pagos pela Odebrecht S/A (CBPO) e 40% pela empresa OAS. Tais somas teriam sido transferidas à conta de instituição bancária estrangeira, supostamente chinesa, utilizando-se, para tanto, do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht S/A, bem como do estabelecimento *Mônaco Câmbio e Turismo*, localizado em Recife/PE.

Ao lado disso, articula-se a confluência das versões apresentadas pelos colaboradores. Assim, delas seria possível extrair que o executivo da Odebrecht S/A João Antônio Pacífico Ferreira teria autorizado tanto o acordo para frustrar a competitividade do certame licitatório, para sagrarem vencedores os grupos OAS e CBPO, como também o pagamento de propina em favor dos agentes públicos (fl. 23).

**INQ 4593 / DF**

Outro aspecto destacado pelo Ministério Público Federal consiste na indicação, por Carlos Fernando do Vale Angeiras, preposto da Odebrecht S/A, dos locais e das pessoas com quem se reunia para tratar a respeito dos ilícitos, relatando reuniões com Iran Padilha na sede da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, bem como encontros com a secretaria do então Diretor da Copergás Aldo Guedes Álvaro, no escritório daquela Companhia em Recife.

Nesse diapasão, a Procuradoria-Geral da República delimitou que os ilícitos a serem apurados nestes autos estão correlacionados às obras do Cais V e do Pier Petroleiro do Porto de Suape, ressaltando o pretérito oferecimento de denúncia contra Fernando Bezerra de Souza Coelho, Aldo Guedes Álvaro e João Carlos Lyra Pessoa de Mello Filho, nos autos de INQ. 4.005, quanto a fatos, em tese, ocorridos durante construção da Refinaria Abreu e Lima nos anos de 2010 e 2011.

Ante à descrição de fatos que, em tese, amoldar-se-iam às figuras típicas contidas no art. 317 e art. 327, bem como no art. 1º da Lei 9.613/1998, deferi a instauração de inquérito para apurar exclusivamente os fatos atribuídos ao Senador da República Fernando Bezerra Coelho e, quanto aos demais envolvidos, ordenei a cisão do feito, com a remessa dos elementos informativos à 4ª Vara Federal de Recife/PE, na linha do decidido em procedimento sigiloso, sob minha relatoria, que versa sobre infrações a estas conexas.

Após autorizar a abertura desse inquérito, submeti a questão da distribuição à consideração da e. Ministra Cármem Lúcia, eis que suscitada a ausência de fator a ensejar a prevenção deste Relator no agravo regimental interposto por Aldo Guedes Álvaro. Naquela ocasião, estes autos foram mantidos sob minha supervisão (fls. 109-114).

Determinei, então, que as demais questões versadas no recurso fossem examinadas em procedimento autônomo, o qual foi registrado como PET 7.348, de forma a viabilizar a execução das diligências investigativas propostas pela Procuradoria-Geral da República, além de outras necessárias à elucidação dos fatos.

No despacho encartado às fls. 190-192, a autoridade policial

**INQ 4593 / DF**

determinou as seguintes providências iniciais: (i) degravação de depoimentos audiovisuais dos colaboradores (fls. 208-238); (ii) encarte das declarações prestadas por João Antônio Pacífico Ferreira (fls. 194-196) e Carlos Fernando do Vale Angeiras (fls. 267-270); (iii) expedição de ofício ao Porto Suape, a fim de que encaminhasse todos os contratos e aditivos relativos às obras do *Cais V* e do *Píer Petroleiro* (resposta às fls. 249-251); (iv) identificação do quadro societário da *Mônaco Câmbio e Turismo*, entre os anos de 2008 e 2012 (fls. 239-245); e (v) levantamento de possíveis doações eleitorais ao investigado e a seus familiares (fl. 246).

Posteriormente, também foram solicitadas as inquirições de Hilberto Silva e Maria Lúcia Tavares à unidade da Polícia Federal em Salvador/BA, sendo que essas oitivas ainda não estão juntadas nos autos.

Diante do término do lapso temporal de permanência, a Delegada de Polícia Federal Andrea Pinho Albuquerque da Cunha submete o feito a este Relator, afirmando que os crimes aqui versados “*não guardariam relação com o exercício do mandato parlamentar federal*” (fl. 272).

Após retorno do órgão, foram anexados, pela Secretaria Judiciária, os dois agravos regimentais sucessivamente interpostos por Aldo Guedes Álvaro contra a decisão que manteve incólume a distribuição dos autos por prevenção, ambos inadmitidos pela e. Ministra Presidente Cármem Lúcia em provimento já precluso.

Com vista por ato de impulso cartorário, a Procuradoria-Geral da República requer o envio deste persecatório à primeira instância e, no tocante ao juízo competente, alude ao acórdão unânime proferido na PET 7.348, que “*manteve a decisão que determinou o desmembramento desta investigação em relação aos não detentores de foro com a consequente remessa dos termos de declaração pertinentes ao Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco*”, ressaltando também a certificação do trânsito em julgado daquele procedimento em 24.4.2018. Nesse diapasão, pleiteia “*o declínio deste Inquérito n. 4593 ao mesmo Juízo competente para julgar a parte desmembrada desta investigação, sobretudo pela conexão com a investigação ali em trâmite*” (fl. 364).

INQ 4593 / DF

2. Início destacando que não verifico qualquer prejuízo ao valor constitucional da duração razoável do processo, inscrito no art. 5º, LXXVIII, da Constituição da República. Isso porque está assentado que essa norma deve ser aferida e sopesada diante das balizas já fixadas na jurisprudência desta Suprema Corte, segundo as quais a adequada compreensão do aludido postulado constitucional envolve tanto a complexidade da causa como a atuação das partes e do órgão jurisdicional (HC 138.736 AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe 6.9.2017; HC 142.011 AgR, Rel. Min. Rosa Weber, DJe 30.6.2017; HC 132.511, Rel. p/ acórdão Min. Alexandre de Moraes; HC 139.978 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 11.5.2017).

No caso em análise, o inquérito tramita regularmente, porquanto a delonga ao início dos trabalhos investigativos decorreu da necessidade de processamento de insurgência regimental.

Sem embargo, houve regular evolução das linhas investigativas inicialmente propostas, eis que quase todas as diligências foram levadas a efeito, estando pendente apenas o encarte das inquirições de envolvidos já solicitadas à unidade policial baiana. Portanto, não há qualquer evidência concreta de retardo indevido nos atos procedimentais seja pelos órgãos de persecução criminal, seja no âmbito desta Suprema Corte.

Avançando à análise da competência desta Corte, destaco que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar Questão de Ordem suscitada nos autos da AP 937, de relatoria do eminente Ministro Luís Roberto Barroso, decidiu que a competência desta Corte para processar e julgar parlamentares, nos termos do art. 102, I, b, da Constituição Federal, restringe-se aos delitos praticados **no exercício** e **em razão da função pública**, nos termos da seguinte certidão de julgamento exarada em 3.5.2018:

“Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, resolveu questão de ordem no sentido de fixar as seguintes teses: '(i) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes **cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas**; e (ii) Após o final da

INQ 4593 / DF

instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo', com o entendimento de que esta nova linha interpretativa deve se aplicar imediatamente aos processos em curso, com a ressalva de todos os atos praticados e decisões proferidas pelo STF e pelos demais juízos com base na jurisprudência anterior, conforme precedente firmado na Questão de Ordem no Inquérito 687 (Rel. Min. Sydney Sanches, j. 25.08.1999); (...)"

No caso em tela, como visto, examinam-se fatos atribuídos ao atual Senador da República Fernando Bezerra Coelho, supostamente praticados à época em que investido no cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, cenário no qual não se enquadram os requisitos de fixação da competência deste Supremo Tribunal Federal para processo e julgamento de parlamentares.

Tal circunstância evidencia, a meu sentir, a inexistência de motivo apto a justificar o prosseguimento desta causa penal no âmbito restrito desta jurisdição especial.

Na espécie, como bem salientado pela Procuradoria-Geral da República, este caderno persecatório deve ser enviado, por conexão, ao Juízo da 4<sup>a</sup> Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco/PE, foro processante dos autos decorrentes do desmembramento antes ordenado, sob pena de desnecessária repetição de diligências comuns e prejuízo à compreensão global dos fatos.

3. À luz do exposto, acolho o pedido deduzido pelo órgão ministerial, e com fundamento no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no art. 109 do Código de Processo Penal, reconheço por causa superveniente, a incompetência deste Supremo Tribunal Federal, determinando a imediata remessa deste inquérito ao Juízo da 4<sup>a</sup> Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, a quem se recomenda celeridade no prosseguimento do

*Supremo Tribunal Federal*

**INQ 4593 / DF**

feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de agosto de 2018.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

*Documento assinado digitalmente*